

Demonstrações Financeiras

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7

Demonstração dos fluxos de caixa8

Notas explicativas às demonstrações financeiras9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Private Equity Holding VII - Zeta S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Private Equity Holding VII - Zeta S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$20.855 mil e apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido de R\$43.380 mil em 31 de dezembro de 2024. As operações da Companhia vêm sendo financiadas, principalmente, através de recursos obtidos de seu acionista conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração e pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', written over the printed name.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.394	162.522
Adiantamentos diversos		48	50
Tributos a recuperar	5	3.192	1.859
Outros créditos e direitos		-	7
Total do Ativo Circulante		6.634	164.438
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	6	78	104
Total do Ativo Não Circulante		78	104
Total do Ativo		6.712	164.542
Passivo Circulante			
Fornecedores		39	94
Impostos e contribuições a recolher		12	188
Salários, provisões e encargos sobre folha	7	3.754	7.131
Provisões diversas	8	607	607
Total do Passivo Circulante		4.412	8.020
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9	45.680	179.050
Prejuízos acumulados		(43.380)	(22.528)
Total do Patrimônio Líquido		2.300	156.522
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.712	164.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(21.379)	(31.290)
Despesas tributárias		(2.227)	(1.890)
Outras despesas		(11)	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(23.617)	(33.180)
Resultado financeiro, líquido	11	2.762	20.306
Prejuízo antes dos impostos		(20.855)	(12.874)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	-	-
Prejuízo do exercício		(20.855)	(12.874)
Resultado por ação	9	(0,24)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(20.855)	(12.874)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(20.855)	(12.874)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		162.550	(9.654)	152.896
Aumento de capital social em 10/03/2023	9	16.500	-	16.500
Prejuízo do exercício		-	(12.874)	(12.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		179.050	(22.528)	156.522
Redução de capital social em 18/04/2024	9	(125.000)	-	(125.000)
Redução de capital social em 27/05/2024	9	(21.500)	-	(21.500)
Aumento de capital social em 11/07/2024	9	13.130	-	13.130
Prejuízo do exercício		-	(20.852)	(20.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		45.680	(43.380)	2.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(20.855)	(12.874)
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa			
Depreciação	6	26	23
Provisão de bônus		(3.017)	6.447
		(23.846)	(6.404)
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais			
Adiantamentos diversos		2	54
Tributos a recuperar		(1.333)	(1.829)
Outros créditos e direitos		7	(8)
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais			
Fornecedores		(54)	(3.298)
Fornecedores - Partes Relacionadas		-	(493)
Impostos e contribuições a recolher		(175)	124
Salários, provisões e encargos sobre folha		(359)	468
Provisões diversas		-	607
Caixa aplicado nas operações		(25.758)	(10.779)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado		-	(54)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		-	(54)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/(redução) de Capital	9	(133.370)	16.500
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		(133.370)	16.500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(159.128)	5.667
No início do exercício		162.522	156.855
No fim do exercício		3.394	162.522
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(159.128)	5.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Private Equity Holding VII - Zeta S.A. ("Zeta" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022, com a razão social RHMI 215 Participações Ltda.; em 13 de ma de 2022 ocorreu a alteração da denominação social e transformação em sociedade por ações de capital fechado e está localizada na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, conj. 101 parte 15, Brooklin Paulista - São Paulo/SP. A Zeta tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

A Private Equity Holding VII - Zeta S.A. busca novas oportunidades de investimento e alocação de capital primariamente em empresas de capital fechado no setor de saúde e setores adjacentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$20.855 e apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido de R\$43.380 mil em 31 de dezembro de 2024, sendo estas posições relacionadas a totalidade de investimentos iniciais realizados pelo fundo acionista como parte do plano de desenvolvimento das operações.

Nesse contexto, a Companhia continuará a receber aporte de recursos de seu acionista de forma a garantir o cumprimento das suas obrigações e manutenção de sua operação até que que atinja o nível de geração de caixa que suporte o pagamento de suas obrigações.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período/período apresentado, salvo quando mencionado de outra forma.

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de março de 2025.

b) Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Zeta é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$).

2.2. Descrição das principais práticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia são: fornecedores e fornecedores - partes relacionadas.

c) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

c) Fornecedores--Continuação

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

d) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil residual registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

e) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 2024 e 2023 a Zeta optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2024 e 2023.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício/período, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

g) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

h) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações--Continuação

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Banco contas movimento	-	-
Aplicações financeiras automática	157	30.294
Aplicações financeiras CDB (i)	3.237	132.228
Total	3.394	162.522

(i) Aplicações financeiras em compromissadas e CDB-DI com rendimento de até 102% do CDI.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Cofins a recuperar	4	-
IRRF sobre aplicação financeira	2.892	1.722
Imposto De Renda Pago Por Estimativa	117	73
Contribuição Social Paga Estimativa	45	28
Base Negativa IRPJ	106	30
Saldo Negativo CSLL	28	-
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	-	6
Total	3.192	1.859

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Imobilizado

		31/12/2024	31/12/2023
Computadores e Periféricos		127	127
(-) Depreciação acumulada		(49)	(23)
Total		78	104

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2022	Aquisição	Depreciação	31/12/2023
Computadores e Periféricos	5	73	54	(23)	104
Total	-	73	54	(23)	104

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2023	Aquisição	Depreciação	31/12/2024
Computadores e Periféricos	5	104	-	(26)	78
Total		104	-	(26)	78

7. Salários, provisões e encargos sobre folha

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre folha a recolher	37	144
Encargos sociais	51	132
Provisões de férias e encargos	236	408
Provisão de bônus	3.430	6.447
Total	3.754	7.131

8. Provisões diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão Consultorias diversas	584	584
Provisão Reembolso de despesas	23	23
Total	607	607

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 10 de março de 2023, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$16.500 representado por 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Como resultado, o saldo do capital social em 31 de dezembro de 2023 da Companhia é de R\$179.050, representado por 179.050.382 (cento setenta e nove milhões e cinquenta mil trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de abril de 2024, foi aprovado uma redução de capital no valor de R\$125.000 representado por 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 27 de maio de 2024, foi aprovado uma redução de capital no valor de R\$21.500 representado por 21.500.000 (vinte e um milhões e quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de julho de 2024, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$13.130 representado por 13.130.000 (treze milhões e cento e trinta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Como resultado, o saldo do capital social em 31 de dezembro de 2024 da Companhia é de R\$45.680 representado por 45.680.382 (quarenta e cinco milhões seiscientos e oitenta mil trezentos e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 - Lucro por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total de ações do período - conforme média ponderada	88.646.215	174.925.382
Prejuízo do exercício/período	(20.855)	(12.874)
Total	<u>(0,24)</u>	<u>(0,07)</u>

A Companhia não possui outros instrumentos de patrimônio líquido ou de dívida que se enquadre como efeitos dilutivos, sendo que o valor básico e diluído por ação é o mesmo.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

10. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com salários	(4.850)	(11.475)
Multas rescisórias (i)	(5.000)	-
Encargos sociais	(1.706)	(2.387)
Benefícios	(370)	(412)
Depreciação e Amortização	(25)	(21)
Despesas com serviços contábeis e auditoria	(123)	(751)
Despesas com serviços de advogados	(571)	(2.464)
Serviços com consultoria	(7.925)	(11.483)
Outras Despesas Administrativas	(218)	(1.375)
Ocupações	(275)	(434)
Despesas com viagens e representações	(316)	(488)
Total	(21.379)	(31.290)

(i) Multas rescisórias: multa compensatória paga pela rescisão do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações e Outras Avenças, firmado em 06 de outubro de 2023 e aditivo firmado em 19 de março de 2024 entre a Companhia, como investidora, em favor dos vendedores detentores da participação societária da Holding Fertilidade S.A. e Semear Fertilidade Reprodução Humana Ltda. devido ao não fechamento da transação ("Operação") entre as partes.

11. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.976	20.318
Descontos obtidos	-	1
Variação cambial ativa	74	8
Atualização SELIC s/ impostos a recuperar	136	-
	3.186	20.327
Despesas financeiras		
Juros	(315)	(9)
Tarifa bancária	(23)	(10)
Variação cambial passiva	(86)	(2)
	(424)	(21)
Total	2.762	20.306

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Corrente		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(20.855)	(12.874)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Receita de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	7.091	4.377
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	-	-
	7.091	4.377
(-) Tributos diferidos ativos sobre prejuízo - não reconhecidos	(7.091)	(4.377)
Total resultado de imposto de renda e contribuição social	-	-
	31/12/2024	31/12/2023
Diferido		
IRPJ ativo diferido	10.839	5.625
CSLL ativo diferido	3.902	2.025
Total ativo fiscal diferido	14.741	7.650

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade, por se tratar de uma holding, cujo resultado será formado substancialmente pelo resultado de equivalência patrimonial.

13. Instrumento financeiro

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação*

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI), a Companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	3.394	162.522
Total	3.394	162.522

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez--Continuação*

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	94	-	-	-	94	94
	94	-	-	-	94	94

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	39	-	-	-	39	39
	39	-	-	-	39	39

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

O gerenciamento de capital é feito levando em consideração despesas fixas e variáveis, além de capex da Companhia e oportunidades de investimento.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Instrumento financeiro--Continuação

c) Gerenciamento de capital--Continuação

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024		2023	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo	3.394	3.394	162.522	162.522
Total			3.394	3.394	162.552	162.522
	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024		2023	
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	Custo amortizado	39	39	94	94
Total			39	39	94	94

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Private Equity Holding VII - Zeta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

14. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a pagar	Despesa	Saldo de contas a pagar	Despesa
	2024		2023	
Partes Relacionadas (circulante):				
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	-	(2.200)	-	(3.016)
Total	-	(2.200)	-	(3.016)

15. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração é feita por contratação CLT, com salário fixo mensal e bônus anual.

A remuneração do pessoal chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.898 (R\$998 em 2023).

16. Contingências

Até a emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações financeiras, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.